



CO-03.10/2022

PROCESSO SEI Nº 7010.2021/0012476-6

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07.005/2022

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE 4 (QUATRO) FIREWALLS APPLIANCE (HARDWARES DEDICADOS) INCLUINDO SISTEMA DE SEGURANÇA DO TIPO IPS (INTRUSION PREVENTION SYSTEM), GATEWAY ANTI-MALWARE, BEM COMO SUPORTE, MANUTENÇÃO, GARANTIA E TREINAMENTO, PELO PERÍODO DE 36 MESES.

CONTRATANTE: EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – PRODAM-SP S/A, com sede na Rua Líbero Badaró nº 425 – Edifício Grande São Paulo, Centro, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, CEP 01.009-905, inscrita no CNPJ sob n.º 43.076.702/0001-61, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Sr. **JOHANN NOGUEIRA DANTAS**, portador da cédula de identidade RG. nº 38.019.322-X-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 561.964.155-49 e por seu Diretor de Administração e Finanças, Sr. **ELIAS FARES HADI**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 11.049.629-2-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 094.438.328-95.

CONTRATADA: L.P.M. TELEINFORMÁTICA LTDA., com sede na Avenida Prefeito João Vilalobo Quero n.º 1505, Área 03, bairro Jardim Belval, no Município de Barueri, no Estado de São Paulo, CEP 06.422-122, inscrita no CNPJ sob n.º 03.756.801/0001-70, neste ato representada por seu Sócio, Sr. **MARCO AURÉLIO PEREIRA**, portador da Cédula de Identidade RG n.º 17.797.022-4-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 084.153.538-80.

As partes acima qualificadas resolveram, de comum acordo, celebrar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE 4 (QUATRO) FIREWALLS APPLIANCE (HARDWARES DEDICADOS) INCLUINDO SISTEMA DE SEGURANÇA DO TIPO IPS (INTRUSION PREVENTION SYSTEM), GATEWAY ANTI-MALWARE, BEM COMO SUPORTE, MANUTENÇÃO, GARANTIA E TREINAMENTO, PELO PERÍODO DE 36 MESES**, conforme descrições constantes no Termo de Referência – ANEXO I, da Proposta Comercial da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

CLÁUSULA II – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

2.1. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Cumprir fielmente todas as obrigações estabelecidas no **Termo de Referência – ANEXO I** deste instrumento, garantindo a qualidade dos serviços prestados;

Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo

Rua Líbero Badaró, 425 – Centro – CEP: 01009-905 – São Paulo – SP



/ProdamSP

- b) Para a assinatura do Instrumento Contratual, a CONTRATADA deverá apresentar todos os documentos relativos à regularidade fiscal, e ainda estar em situação regular junto ao CADIN (Cadastro Informativo Municipal) do **Município de São Paulo (Lei Municipal n.º 14.094/2005 e Decreto Municipal n.º 47.096/2006)**, mediante consulta ao site <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadin/>.
- c) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação exigidas no momento da contratação, podendo a CONTRATANTE exigir, a qualquer tempo durante a vigência do contrato, a comprovação das condições que ensejaram sua contratação, devidamente atualizadas, em formato digital (arquivo PDF) para o e-mail contratosfornecedores@prodam.sp.gov.br e para o gestor do contrato a ser definido oportunamente:
- i. Certidão Negativa de Débitos relativa aos Tributos Federais e a Dívida Ativa;
 - ii. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);
 - iii. Certidão Negativa de Débitos Tributários e da Dívida Ativa Estadual;
 - iv. Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais (Mobiliários);
 - v. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
 - vi. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial.
- d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à empresa pública ou sociedade de economia mista, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- e) Dar ciência imediata e por escrito a CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato;
- f) Prestar a CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre a execução do contrato;
- g) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do **artigo 77, da Lei Federal nº 13.303/16**.

2.2. São obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) Exercer a fiscalização do contrato, designando fiscal(is) pelo acompanhamento da execução contratual; procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato.
- b) Fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do contrato.
- c) Efetuar o pagamento devido, de acordo com o estabelecido neste contrato.

- d) Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- e) Comunicar a CONTRATADA formalmente (por e-mail) todas e quaisquer ocorrências relacionadas à execução deste contrato.

CLÁUSULA III – VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. O contrato terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, ou da data da última assinatura digital realizada, podendo ser prorrogado até o limite de 5 (cinco) anos, conforme dispõe o artigo 71, da Lei Federal nº. 13.303/2016.

3.2. Qualquer alteração, prorrogação e/ou acréscimos no decorrer deste contrato será objeto de termo aditivo, previamente justificado e autorizado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA IV – PREÇO

4.1. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA os valores conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Firewall Appliance	Un.	4	R\$ 4.074,64	R\$ 16.298,56
2	Suporte técnico, manutenção e garantia para 4 firewalls - 36 meses	Un.	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
3	Pacotes de Licenças IPS / GATEWAY Anti-Malware para 4 firewalls – Parcela única	Un.	1	R\$ 26.542,89	R\$ 26.542,89
4	Treinamento Firewall NGFW – Parcela única	Un.	1	R\$ 20.140,00	R\$ 20.140,00
Valor Total					R\$ 92.981,45

4.2. O valor total do presente contrato é de **R\$ 92.981,45 (noventa e dois mil, novecentos e oitenta e um reais e quarenta e cinco centavos)**, e seguirá as regras previstas na **Cláusula VI – Faturamento e Condições de Pagamento**.

4.3. No valor acima já estão incluídos todos os tributos e encargos de qualquer espécie que incidam ou venham a incidir sobre o preço do presente contrato.

4.4. Resta vedado o reajuste do valor contratual por prazo inferior a 12 (doze) meses contados após um ano da data-limite para apresentação da proposta comercial ou do último reajuste, conforme disposto na **Lei Federal nº 10.192 de 14/10/2001**, ou, se novas normas federais sobre a matéria autorizarem o reajustamento antes deste prazo.

4.5. Após o período inicial de 12 (doze) meses de vigência, caso haja prorrogação, o contratado poderá ter seus preços referentes ao suporte técnico (item 2 da tabela constante no item 4.1) reajustados, aplicando-se a variação do Índice de Preços ao Consumidor IPC/FIPE a contar da data da apresentação da proposta.

CLÁUSULA V – GARANTIA CONTRATUAL (Art. 70, §1º da Lei Federal nº 13.303/16)

5.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia contratual no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da assinatura do contrato, na forma do **artigo 70, § 1º da Lei Federal nº 13.303/16**, no valor de **R\$ 4.649,07 (quatro mil, seiscientos e quarenta e nove reais e sete centavos)**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, observando os procedimentos a seguir elencados.

5.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período mínimo de três meses após o término da vigência contratual, devendo a garantia assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que o sinistro seja comunicado depois de expirada a vigência da contratação ou validade da garantia.

5.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

5.3.1. Prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato.

5.3.2. Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do contrato.

5.3.3. Multas, moratórias e compensatórias, aplicadas pela CONTRATANTE.

5.3.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias relacionadas ao contrato e não adimplidas pela CONTRATADA.

5.4. A CONTRATADA deverá informar, expressamente, na apresentação da garantia, as formas de verificação de autenticidade e veracidade do referido documento junto às instituições responsáveis por sua emissão.

5.5. No caso de seguro-garantia, a instituição prestadora da garantia contratual deve ser devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e, no caso de fiança bancária, pelo Banco Central do Brasil.

5.6. A insuficiência da garantia não desobriga a CONTRATADA quanto aos prejuízos por ela causados, responsabilizando-se por todas as perdas e danos apurados pela CONTRATANTE que sobejarem aquele valor.

5.7. Para cobrança pela CONTRATANTE de quaisquer valores da CONTRATADA, a qualquer título, a garantia poderá ser executada, a partir do 3º (terceiro) dia, contado da resposta **NÃO CONHECIDA E/OU IMPROCEDENTE** acerca da notificação judicial ou extrajudicial à CONTRATADA, na hipótese do não cumprimento de suas obrigações contratuais.

5.7.1. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, cobrança de penalidade aplicada ou pagamento de qualquer obrigação da CONTRATADA, deverá ser efetuada a reposição do valor no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada para fazê-lo.

5.8. Caso haja aditamento contratual que implique alteração do valor, a garantia oferecida deverá ser atualizada.

5.9. Não sendo a garantia executada por força de penalidade administrativa e não havendo débitos a saldar com a CONTRATANTE, a garantia prestada será devolvida ao término do contrato.

5.10. Quando prestada em dinheiro, a garantia será devolvida por meio de depósito em conta bancária e corrigida pelos índices da poupança, salvo na hipótese de aplicações de penalidades pecuniárias ou necessidade de ressarcimento de prejuízos causados pela CONTRATADA à CONTRATANTE ou a terceiros, hipóteses em que será restituído o saldo remanescente.

5.10.1. Na hipótese de garantia em dinheiro, a CONTRATADA deverá enviar uma cópia do depósito bancário para o e-mail contratosfornecedores@prodam.sp.gov.br, identificando o contrato e a que título foi realizado o depósito.

CLÁUSULA VI – FATURAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

6.1.1. O valor relativo ao item Firewall Appliance será faturado quando da autorização de entrega dos equipamentos pela Contratante através do Gestor do Contrato, cujo documento fiscal deverá acompanhar os equipamentos;

6.1.2. O valor relativo ao treinamento será faturado a partir da emissão do Termo de Aceite de Conclusão de Treinamento, previsto no item 11.2 do Termo de Referência e o encaminhamento da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços deverá ser realizado através de Solicitação de Pagamento, a partir do 1º (primeiro) dia subsequente à emissão do termo acima e autorização do Gestor do Contrato;

6.1.3. O valor do item Pacotes de Licenças IPS/Gateway Anti-Malware será faturado em parcela única, a partir da emissão do Termo de Aceite, conforme previsto no item 11.1. do Termo de Referência. O encaminhamento da Nota Fiscal Eletrônica de Serviço deverá ser realizado através de Solicitação de Pagamento, a partir da prestação dos serviços e autorização do Gestor do Contrato;

6.1.4. O valor do item Suporte técnico, manutenção e garantia será faturado mensalmente e o encaminhamento da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços deverá ser realizado através de Solicitação de Pagamento, a partir do 1º (primeiro) dia subsequente ao mês da efetiva prestação dos serviços e autorização do Gestor do Contrato.

6.2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.2.1. A Nota Fiscal Eletrônica de Serviços ou Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) deverá ser emitida e encaminhada à CONTRATANTE, através do setor de Expediente, por meio do endereço eletrônico gfl@prodam.sp.gov.br.

6.2.1.1. Após o recebimento da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços ou Nota Fiscal Eletrônica (DANFE), a CONTRATANTE disporá de até 05 (cinco) dias úteis para emissão do Termo de Aceite de Pagamento, aprovando os serviços prestados.

- 6.2.1.2.** O pagamento das parcelas mensais será realizado por intermédio de crédito em conta corrente ou por outra modalidade que possa vir a ser determinada pela Gerência de Planejamento e Controle Financeira (GFP), em 30 (trinta) dias corridos a contar da data de emissão do Termo de Aceite de Pagamento.
- 6.2.1.3.** Caso a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços contenha divergências com relação ao estabelecido no Instrumento Contratual, a CONTRATANTE ficará obrigada a comunicar a empresa CONTRATADA, formalmente, o motivo da não aprovação no prazo de 05 (cinco) dias úteis. A devolução da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, devidamente, regularizada pela CONTRATADA, deverá ser efetuada em até 05 (cinco) dias úteis da data de comunicação formal realizada pela CONTRATANTE.
- 6.2.1.4.** Em caso de atraso de pagamento dos valores devidos à CONTRATADA, mediante requerimento formalizado por esta, incidirão juros moratórios calculados utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “*pro-rata tempore*”), observando-se para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

CLÁUSULA VII – MATRIZ DE RISCOS

7.1. Tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, as partes identificam os riscos decorrentes da presente relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante no **ANEXO IV** parte integrante deste contrato.

7.2. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIII – CONFORMIDADE

8.1. A CONTRATADA, com relação às atividades, operações, serviços e trabalhos vinculados ao objeto do presente contrato, declara e garante o cumprimento dos dispositivos da **Lei Anticorrupção – Lei 12.846/2013, e dos dispositivos 327, caput, § 1º e 2º e 337-D do Código Penal Brasileiro**

8.2. A CONTRATADA deverá defender, indenizar e manter a CONTRATANTE isenta de responsabilidade em relação a quaisquer reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas, decorrentes ou relacionadas a qualquer descumprimento pela CONTRATADA das garantias e declarações previstas nesta cláusula e nas Leis Anticorrupção.

8.3. A CONTRATADA reportará, por escrito, para o endereço eletrônico a ser fornecido oportunamente, qualquer solicitação, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por empregado da CONTRATANTE para a CONTRATADA ou para qualquer membro da CONTRATADA, com relação às atividades, operações, serviços e trabalhos vinculados ao objeto do presente contrato.

8.4. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, nos termos do **Decreto n.º 56.633/2015**.

8.5. O descumprimento das obrigações previstas nesta Cláusula poderá submeter à CONTRATADA à rescisão unilateral do contrato, a critério da CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a **Lei Federal nº 12.846/2013**.

CLÁUSULA IX – DA PROTEÇÃO DE DADOS

9.1. A **CONTRATADA**, obriga-se, sempre que aplicável, a atuar no presente Contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, não colocando, por seus atos ou por omissão a **PRODAM-SP** em situação de violação das leis de privacidade, em especial, a **Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Dados Pessoais (“LGPD”)**.

9.2. Caso exista modificação dos textos legais acima indicados ou de qualquer outro, de forma que exija modificações na estrutura do escopo deste Contrato ou na execução das atividades ligadas a este Contrato, a **CONTRATADA** deverá adequar-se às condições vigentes. Se houver alguma disposição que impeça a continuidade do Contrato conforme as disposições acordadas, a **PRODAM-SP** poderá resolvê-lo sem qualquer penalidade, apurando-se os serviços prestados e/ou produtos fornecidos até a data da rescisão e conseqüentemente os valores devidos correspondentes.

9.3. A **CONTRATADA** se compromete a:

- i) Zelar pelo uso adequado dos dados aos quais venha a ter acesso, cuidando da sua integridade, confidencialidade e disponibilidade, bem como da infraestrutura de tecnologia da informação;
- ii) Seguir as instruções recebidas da **PRODAM-SP** em relação ao tratamento dos Dados Pessoais, além de observar e cumprir as normas legais vigentes aplicáveis, sob pena de arcar com as perdas e danos que eventualmente possa causar à **PRODAM-SP**, aos seus colaboradores, clientes e fornecedores, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis;
- iii) Responsabilizar-se, quando for o caso, pela anonimização dos dados fornecidos pela **PRODAM-SP**;
- iv) A **CONTRATADA** deverá notificar a **PRODAM-SP** em 24 (vinte e quatro) horas de (i) qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das obrigações legais relativas à proteção de Dados Pessoais; (ii) qualquer descumprimento das obrigações contratuais relativas ao tratamento dos Dados Pessoais; e (iii) qualquer violação de segurança no âmbito das atividades da **CONTRATADA**;
- v) A **CONTRATADA** deverá notificar a **PRODAM-SP** sobre quaisquer solicitações dos titulares de Dados Pessoais que venha a receber, como, por exemplo, mas não se limitando, a questões como correção, exclusão, complementação e bloqueio de dados, e sobre as ordens de tribunais, autoridade pública e regulamentadores

competentes, e quaisquer outras exposições ou ameaças em relação à conformidade com a proteção de dados identificadas pelo mesmo;

- vi) Auxiliar a **PRODAM-SP** com as suas obrigações judiciais ou administrativas aplicáveis, de acordo com a LGPD e outras leis de privacidade aplicáveis, fornecendo informações relevantes disponíveis e qualquer outra assistência para documentar e eliminar a causa e os riscos impostos por quaisquer violações de segurança.

9.4. A CONTRATADA deverá manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado para o tratamento de Dados Pessoais é estruturado de forma a atender os requisitos de segurança, os padrões de boas práticas de governança e os princípios gerais previstos na legislação e nas demais normas regulamentares aplicáveis.

9.5. A PRODAM-SP terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da **CONTRATADA** com as obrigações de Proteção de Dados Pessoais, sem que isso implique em qualquer diminuição da responsabilidade que a **CONTRATADA** possui perante a LGPD e este Contrato.

9.6. A CONTRATADA declara conhecer e que irá seguir todas as políticas de segurança da informação e privacidade da **PRODAM**, bem como realizará treinamentos internos de conscientização a fim de envidar os maiores esforços para evitar o vazamento de dados, seja por meio físico ou digital, acidental ou por meio de invasão de sistemas de software.

9.7. O presente Contrato não transfere a propriedade de quaisquer dados da **PRODAM-SP** ou dos clientes desta para a **CONTRATADA**.

9.8. A PRODAM-SP não autoriza a **CONTRATADA** a usar, compartilhar ou comercializar quaisquer eventuais elementos de dados, que se originem ou sejam criados a partir do tratamento de Dados Pessoais, estabelecido por este Contrato.

CLÁUSULA X – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A **CONTRATADA** está sujeita às penalidades previstas na **Lei Federal nº 13.303/16**, sem prejuízo da apuração de perdas e danos, em especial:

- a) Advertência por escrito;
- b) **Multa de até 10% (dez por cento)** sobre o valor total do instrumento contratual ou da parcela correspondente, se o serviço prestado estiver em desacordo com as especificações contidas no **Termo de Referência – ANEXO I** do Edital;
- c) **Multa de 1%** (um por cento) sobre o valor total do instrumento contratual, ou parcela equivalente, pelo descumprimento de qualquer outra condição fixada neste contrato e não abrangida nas alíneas anteriores, e na reincidência, o dobro, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber;
- d) **Multa de 20% (vinte por cento)** sobre o valor total do instrumento contratual, no caso de rescisão e/ou cancelamento do contrato por culpa ou a requerimento da **CONTRATADA**, sem motivo justificado ou amparo legal, a critério da **CONTRATANTE**.

- e) **Suspensão** temporária de participação em licitação e **impedimento** de contratar com a PRODAM-SP, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
- f) Demais penalidades encontram-se discriminadas no item 5 do Termo de Referência – Anexo I deste contrato.

10.2. Para a cobrança, pela CONTRATANTE, de quaisquer valores da CONTRATADA, a qualquer título, a garantia contratual prevista neste instrumento poderá ser executada na forma da lei.

10.3. Previamente a aplicação de quaisquer penalidades a CONTRATADA será notificada pela CONTRATANTE a apresentar defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação que será enviada ao endereço constante do preâmbulo do Contrato.

10.4. Considera-se recebida a notificação na data da assinatura do aviso de recebimento ou, na ausência deste, a data constante na consulta de andamento de entrega realizada no site dos correios, sendo certificado nos autos do processo administrativo correspondente qualquer destas datas.

10.4.1. Caso haja recusa da CONTRATADA em receber a notificação, esta será considerada recebida na data da recusa, contando a partir desta data o prazo para interposição da defesa prévia.

10.5. A aplicação de penalidade de multa não impede a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos decorrente de descumprimento total ou parcial do contrato.

10.6. A aplicação de quaisquer multas pecuniárias não implica renúncia, pela PRODAM-SP, do direito ao ressarcimento dos prejuízos apurados e que sobejarem o valor das multas cobradas.

10.7. As decisões da Administração Pública referentes à efetiva aplicação da penalidade ou sua dispensa serão publicadas no Diário Oficial Cidade de São Paulo, nos termos do **Decreto Municipal nº 44.279/03**, ressalvados os casos previstos no referido ato normativo – sendo certo que a aplicação das penalidades de advertência e multa se efetivará apenas pela publicação no referido Diário, desnecessária a intimação pessoal.

CLÁUSULA XI – RESCISÃO

11.1. A **PRODAM-SP** poderá rescindir o presente contrato, nos termos do **artigo 473, do Código Civil**, nas seguintes hipóteses:

- a) Inexecução total do contrato, incluindo a hipótese prevista no **artigo 395, parágrafo único do Código Civil**;
- b) Atraso injustificado no início do serviço;
- c) Paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à **PRODAM-SP**;
- d) Cometimento reiterado de faltas na sua execução que impeçam o prosseguimento do contrato;
- e) Transferência, no todo ou em parte, deste contrato, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da sociedade;

- h) Descumprimento do disposto no **inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal**, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- i) Prática pela CONTRATADA de atos lesivos à Administração Pública previstos na **Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa)** e **Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)**;
- j) Prática de atos que prejudiquem ou comprometam a imagem ou reputação da PRODAM, direta ou indiretamente.

11.1.1. A rescisão a que se refere esta cláusula, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

11.2. Desde que haja conveniência para a **PRODAM-SP**, a rescisão amigável é possível, por acordo entre as partes devidamente reduzido a termo no competente processo administrativo.

11.3. Poderá haver também rescisão por determinação judicial nos casos previstos pela legislação.

11.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.5 Não constituem causas de rescisão contratual o não cumprimento das obrigações aqui assumidas em decorrência dos fatos que independam da vontade das partes, tais como os que configurem caso fortuito e força maior, previstos no **artigo 393, do Código Civil**.

11.6 Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial; ou da decisão judicial, se for o caso.

CLÁUSULA XII – DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Os termos e disposições deste contrato prevalecerão sobre quaisquer outros entendimentos ou acordos anteriores entre as partes, explícitos ou implícitos, referentes às condições nele estabelecidas.

12.1.1 O presente instrumento e suas cláusulas se regulam pela **Lei Federal nº 13.303/16**, pelos preceitos de direito privado, mormente a **Lei n. 10.406/02 (Código Civil)** e disposições contidas na legislação municipal, no que couber.

12.2. A Contratada deverá, sob pena de rejeição, indicar o número deste contrato do **Pregão Eletrônico nº 07.005/2022** nas faturas pertinentes, que deverão ser preenchidas com clareza, por meios eletrônicos, à máquina ou em letra de forma.

12.3. A inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à empresa pública ou à sociedade de economia mista a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

12.4. A mera tolerância do descumprimento de qualquer obrigação não implicará perdão, renúncia, novação ou alteração do pactuado.

12.5. Na hipótese de ocorrência de fatos imprevisíveis que reflitam nos preços dos serviços, tornando-o inexecutável, poderão as partes proceder a revisão dos mesmos, de acordo com o disposto no **artigo 81, § 5º, da Lei Federal nº 13.303/16.**

12.6. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e o CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

CLÁUSULA XIII – VINCULAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO

13.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos documentos que instruíram o **Processo SEI nº 7010.2021/0012476-6** e seus anexos e à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA XIV – FORO

14.1. As partes elegem o Foro Cível da Comarca da Capital de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir no decorrer da execução deste contrato.

E por estarem assim, justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, perante 2 (duas) testemunhas abaixo.

São Paulo/SP, 05 de outubro de 2022.

JOHANN NOGUEIRA
DANTAS:561964155
49

Assinado de forma digital por
JOHANN NOGUEIRA
DANTAS:56196415549
Dados: 2022.10.14 14:38:27 -03'00'

CONTRATANTE: **JOHANN NOGUEIRA DANTAS**
Diretor-Presidente

ELIAS FARES
HADI:09443832895

Assinado de forma digital por
ELIAS FARES HADI:09443832895
Dados: 2022.10.14 12:54:12 -03'00'

ELIAS FARES HADI
Diretor de Administração e Finanças

CONTRATADA: **MARCOS AURÉLIO PEREIRA**
Sócio

MARCOS AURELIO
PEREIRA:0841535
3880

Assinado de forma digital
por MARCOS AURELIO
PEREIRA:08415353880
Dados: 2022.10.10
11:55:17 -03'00'

TESTEMUNHAS:

1. **CARLOS ANTONIO
CARVALHO DE
CAMPOS**

Assinado de forma digital
por CARLOS ANTONIO
CARVALHO DE CAMPOS
Dados: 2022.10.10
12:37:07 -03'00'

2. **FLAVIO JESUS
DE
MENEZES:26011
074804**

Assinado de forma
digital por FLAVIO JESUS
DE
MENEZES:26011074804
Dados: 2022.10.10
11:57:39 -03'00'

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**1. OBJETO:**

1.1. Licitação para contratação de empresa especializada para fornecimento de de 4 (quatro) Firewalls appliance (hardwares dedicados) incluindo sistema de segurança do tipo IPS (Intrusion Prevention System), Gateway Anti-Malware, bem como suporte, manutenção, garantia e treinamento, pelo período de 36 meses;

1.2. Tabela de Composição de Itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
01	FIREWALL APPLIANCE	UN	4
02	Suporte técnico, manutenção e garantia para 4 firewalls (36 meses)	Un	1
03	Pacotes de Licenças IPS / GATEWAY Anti-Malware para 4 firewalls – (36 meses)	Un	1
04	Treinamento Firewall NGFW	Un	1

1.3. Vigência

1.3.1. O contrato terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de sua assinatura, ou da data da última assinatura digital realizada, podendo ser prorrogado até o limite de 5 anos, conforme dispõe o artigo 71, da Lei Federal nº 13.303/2016.

1.3.1.1. Qualquer alteração, prorrogação e/ou acréscimos no decorrer deste contrato será objeto de termo aditivo, previamente justificado e autorizado pela CONTRATANTE.

1.3.2. Durante o período de vigência, estarão inclusas todas as atualizações necessárias, incluindo as de versões de firmware, atualizações de assinaturas de IPS, Gateway Antivírus/Antispyware, suporte e manutenção.

2. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA FIREWALL:

- 2.1. Fornecimento de 4 (quatro) Firewalls appliances (hardware), baseado na tecnologia Stateful Packet Inspection com capacidade de Deep Packet Inspection para filtragem de tráfego IP. Cada firewall poderá trabalhar de forma independente ou em alta disponibilidade (ativo-ativo ou ativo-passivo).
- 2.2. Deve permitir a configuração dos seguintes modos de operação: transparente mode, Nat mode e routing mode;
- 2.3. Deve permitir o funcionamento em modo transparente tipo bridge;
- 2.4. Possuir no mínimo 05 (cinco) interfaces de redes com velocidade de 1(um) Gbps RJ45;
- 2.5. Permitir a criação de, no mínimo, 50 VLANs, padrão IEEE 802.1Q, definindo interfaces virtuais por identificadores de VLAN (VLAN ID tag). As interfaces virtuais devem permitir as mesmas funcionalidades das interfaces físicas, incluindo designação de zona de segurança, DHCP Server, DHCP Relay, NAT, VPN e regras de controle de acesso;
- 2.6. Deve possuir capacidade de processamento de, no mínimo, 4 (quatro) Gbps para tráfego stateful inspection multiprotocolo com a funcionalidade de firewall ativa, considerando-se para fins de métrica, ambientes de produção;
- 2.7. Deve possuir capacidade de processamento de, no mínimo, 500 (quinhentos) Mbps (throughput) para tráfego stateful inspection multiprotocolo com a funcionalidade de firewall, controle de aplicações, IPS e Anti-Malware ativas simultaneamente.
- 2.8. Deve possuir performance de VPN IPsec, por appliance, de no mínimo 2 (dois) Gbps (throughput) bidirecional, com criptografia 3DES (168 bits) ou AES e pelo menos um túnel de VPN IPsec estabelecido;
- 2.9. Permitir a criação de túneis VPN (Virtual Private Network) Site to Site IPsec. Deverão ser inclusas gratuitamente no mínimo 2 licenças para VPN Site to Site, para cada equipamento;
- 2.10. Possuir suporte a número ilimitado de endereços IP nas redes internas;
- 2.11. Permitir a implementação de no mínimo 1.000 policieis;
- 2.12. Possuir capacidade para um mínimo de 600.000. (seiscentos mil) conexões TCP/IP concorrentes e simultâneas, para tráfego stateful inspection multiprotocolo com a funcionalidade de firewall, controle de aplicações e IPS ativas simultaneamente, considerando-se para fins de métrica, ambientes de produção (Mundo real);
- 2.13. Possuir capacidade para um mínimo de 30.000 (trinta mil) novas conexões TCP/IP por segundo, para tráfego stateful inspection multiprotocolo com a funcionalidade de firewall, controle de aplicações e IPS ativas simultaneamente, considerando-se para fins de métricas, ambientes de produção (Mundo real);
- 2.14. Implementar recurso de NAT (*network address translation*) do tipo um-para-um (*one-to-one*), um-para-muitos (*one-to-many*), muitos-para-um (*many-to-one*) e muitos-para-muitos (*many-to-many*) e tradução simultânea de endereço IP e porta TCP de conexão (NAPT);
- 2.15. Possuir suporte a NAT simétrico;
- 2.16. Suportar NAT em todas as interfaces;
- 2.17. Deve implementar Network Prefix Translation (NPTv6) ou NAT66, prevenindo problemas de roteamento assimétrico;

- 2.18. Deverá possuir a função de TOLERANCIA A FALHAS (**Alta Disponibilidade**), nos modos **Ativo/Passivo** e/ou **Ativo/Ativo**, com todas as licenças de software habilitadas para tal, de forma a garantir que, se um dos firewalls parar de funcionar, o outro deverá assumir automaticamente, suportando todo o tráfego;
- 2.19. Possuir recurso habilitado incluso de IDS e IPS interno, capaz de detectar e evitar automaticamente (no mínimo), IP Source Spoofing, IP Source Routing, Tunel IPsec e ataques tipo DoS (Denial-of-Service) como Ping of Death, SYN Flood, LAND Attack, IP Spoofing, com a possibilidade de se atualizar as assinaturas e carregar as novas, sem interrupção, através de atualização automática do software de sistema operacional do equipamento (appliance);
- 2.20. Deverão ser fornecidas licenças de IPS, antivírus e gateway anti-malware, incluindo licenças para up-dates, com atualização automática para o período contratado para cada equipamento e permitir a possibilidade de renovação das mesmas após seu período de vencimento;
- 2.21. Possibilitar o acesso via interface WEB para gerenciamento, nos modos (HTTPS) e suportar acesso via SSH, para configuração e administração remota, inclusive via interface WAN, com total capacidade de administração sobre o sistema;
 - 2.21.1. Caso o gerenciamento necessite de outros equipamentos, toda infraestrutura necessária para o pleno funcionamento da solução, como servidores, sistemas operacionais, banco de dados, licenças, entre outros hardwares e softwares necessários, deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA juntamente com os firewalls sem custos para a CONTRATANTE;
- 2.22 Suportar protocolo NTP para sincronismo de relógio do equipamento;
- 2.23 Suportar o protocolo SNMP, para checagem de status e TRAP para envio e notificação de alarmes;
- 2.24 Deve possuir suporte completo a protocolos de roteamento (rotas estáticas e dinâmicas IPv4 (BGP e OSPFv2) e IPv6 (BGP e OSPFv3), com possibilidade de programação de rotas para as interfaces;
- 2.25 O suporte ao protocolo IPv6 deverá ser evidenciado e comprovado através da certificação IPv6 Ready Logo;
 - 2.25.1. Os equipamentos que não foram submetidos aos procedimentos de teste do programa IPv6 Ready, deverão estar em conformidade com as RFCs listadas abaixo:
 - 2.25.1.1. RFC2460 - Internet Protocol, Version 6 (IPv6) Specification;
 - 2.25.1.2. RFC4291 - IP Version 6 Addressing Architecture;
 - 2.25.1.3. RFC3484 - Default Address Selection for Internet Protocol version 6 (IPv6);
 - 2.25.1.4. RFC4443 - Internet Control Message Protocol (ICMPv6) for the Internet Protocol Version 6 (IPv6) Specification;
 - 2.25.1.5. RFC4862 - IPv6 Stateless Address Autoconfiguration;
 - 2.25.1.6. RFC1981 - Path MTU Discovery for IP version 6;
 - 2.25.1.7. RFC4861 - Neighbor Discovery for IP version 6 (IPv6);
- 2.26 Permitir a definição de rotas de tráfego baseadas em regras definidas por port de serviço (TCP/UDP) e endereço IP de origem ou destino (PBR – policy based routing);
- 2.27 Possibilitar a especificação de política por tempo, ou seja, permitir a definição de regras para determinado horário ou período (dia da semana e hora);
- 2.28 Deve possuir fonte de alimentação operando nas tensões 110/220 V, com seleção automática de voltagem e frequência de 50/60 Hz;

- 2.29 Possuir estatística de utilização de CPU e memória do firewall;
- 2.30 Possibilitar a criação de entradas ARP estáticas para fixação de endereço IP com um número MAC específico;
- 2.31 Deverá permitir backup remoto de configuração;
- 2.32 Possuir função de DHCP Server, Relay e Client interno;
- 2.33 Capacidade de enviar e armazenar logs em um servidor remoto via protocolo syslog;
- 2.34 Deverá possuir função de debug on-line, com pesquisa por endereço IP (origem/destino) identificando no mínimo, informações do cabeçalho, porta e protocolo do pacote capturado;
- 2.35 Deverá ser fornecida a versão mais recente para todos os *softwares* internos dos equipamentos;
- 2.36 Deverá possuir recursos de Gateway de Anti-Malware (para bloqueio de arquivos maliciosos), integrado ao equipamento, atuando no tráfego da interface, no mínimo para os protocolos HTTP, SMTP, POP3, IMAP e FTP, com atualização automática da base de dados de assinaturas de vírus;
- 2.37 Deverão ser fornecidas licenças de Gateway Anti-Malware, incluindo licenças para updates, com atualização automática e gratuita para o período contratado para cada equipamento, permitindo a utilização por um número indefinido de usuários ou endereços IP.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 3.1. A Contratada deverá oferecer garantia, suporte e licenças da solução e suas funcionalidades contratadas por um prazo mínimo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de Emissão do Termo de Aceite realizado pela CONTRATANTE;
- 3.2. Disponibilizar número de telefone (local ou DDG) para suporte telefônico (8x5) e abertura de chamados técnicos, durante horário comercial;
- 3.3. Ao final da abertura de cada atendimento de suporte, a CONTRATADA deverá emitir um ticket do chamado técnico contendo, no mínimo:
 - 3.3.1. Número do chamado;
 - 3.3.2. Data e hora de abertura do chamado;
 - 3.3.3. Previsão de conclusão do atendimento;
 - 3.3.4. Severidade do erro;
 - 3.3.5. Descrição da solicitação;
- 3.4. Depois de concluído o chamado, a CONTRATADA comunicará o fato à equipe técnica da CONTRATANTE e solicitará autorização para o fechamento deste. Caso a CONTRATANTE não confirme a solução definitiva do problema, o chamado permanecerá aberto até que seja efetivamente solucionado pela CONTRATADA. Nesse caso, a CONTRATANTE fornecerá as pendências relativas ao chamado aberto;
- 3.5. A CONTRATANTE poderá registrar um número ilimitado de chamados de suporte durante a vigência do Contrato;
- 3.6. Proceder à entrega dos equipamentos, devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de carga e descarga, com as especificações detalhadas para conferência;
- 3.7. O modelo do equipamento ofertado deverá estar em linha normal de produção e sem previsão de encerramento;

- 3.8. O tempo máximo de atendimento para os chamados de suporte deverá ser de 8 hs (oito horas) e de solução em até 24 h (vinte e quatro horas) a contar do registro de abertura do chamado no Centro de Atendimento Técnico da Contratada, realizando testes e corrigir defeitos, inclusive com a sua substituição quando necessário, sem ônus para a CONTRATANTE, durante o período de garantia;
- 3.9. Caso a Contratada não consiga recuperar o equipamento em até 72 horas após a abertura do chamado, o appliance com problema deverá ser substituído por outro novo em até 120 horas após a abertura do chamado.
 - 3.9.1. Essa substituição não trará ônus para a CONTRATANTE.

4. SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO E GARANTIA

- 4.1. Os serviços de suporte técnico e garantia abrangem:
 - 4.1.1. Manutenção preventiva, manutenção corretiva, esclarecimento de dúvidas e reparação de problemas na solução;
- 4.2. Os serviços de suporte técnico e garantia abrangem todas as soluções fornecidas pela contratada no âmbito dessa contratação;
- 4.3. Os serviços de suporte técnico e garantia de toda a solução deverão ser prestados por um período de 36 (trinta e seis) meses e deverão ser iniciados a partir da data Emissão do Termo de Aceite da solução, durante horário comercial;
- 4.4. Os serviços de suporte técnico poderão ser prestados de forma remota ou presencial no endereço da CONTRATANTE;
- 4.5. Os bens e produtos adquiridos devem ser licenciados de forma que o suporte e a garantia permitam as atualizações dos sistemas e ferramentas durante a vigência do contrato. Deverão estar incluídas tanto as atualizações de segurança, quanto as atualizações para novas versões dos softwares licenciados, quando disponibilizadas, independente da política de comercialização do fabricante;
- 4.6. Todos os sistemas ou ferramentas que fazem parte da solução deverão ser disponibilizados na versão mais recente disponibilizada pelo fabricante;
- 4.7. A CONTRATADA deve garantir que todas as personalizações e configurações realizadas sejam automaticamente portadas para novas versões em caso de atualização, reinstalação ou upgrade, dispensando a necessidade de migrações ostensivas e onerosas, sem ônus para a CONTRATANTE.

5. PENALIDADES

- 5.1. Caso haja atraso na entrega dos equipamentos, conforme especificado no item 8.1, haverá multa de 1% por dia de atraso, calculado sobre o valor do contrato;
- 5.2. Caso o tempo para atendimento ultrapasse as 8 horas, contadas a partir da abertura do chamado, conforme item 3.8, haverá multa de 1% por hora de atraso, calculado sobre o valor mensal do contrato;
- 5.3. Caso o tempo para a solução de um chamado de manutenção ultrapasse as 24 horas, contadas a partir da abertura do chamado, conforme item 3.8, haverá multa de 0,5% por hora de atraso, calculado sobre o valor mensal do contrato;
- 5.4. Caso haja atraso na substituição do equipamento avariado por um novo após 120 horas da abertura do chamado sem solução, conforme item 3.9, será cobrada multa de 5% por dia de atraso, calculado sobre o valor mensal do contrato;

- 5.5. Caso haja atraso na entrega dos treinamentos conforme especificado neste Termo de referência, item 8.2., haverá multa de 2% por dia de atraso, calculado sobre o valor do item treinamento, presente no Item 1.2 – Tabela de Composição de Itens, deste Termo de Referência.
- 5.6. Em caso de penalidades não previstas nos itens 5.1 a 5.5, será aplicada multa de 0,5% sobre o valor do contrato para cada termo de descumprimento ou cumprimento parcial.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. Nomear gestor e fiscal do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- 6.2. Comunicar formalmente à Contratada qualquer ocorrência relacionada a execução do contrato;
- 6.3. Disponibilizar recursos de infraestrutura e logística quando forem necessários a execução ou entrega do objeto.

7. TREINAMENTO

- 7.1. Deverá ser fornecido treinamento, para 1 (um) funcionário, agendado em comum acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;
- 7.2. O treinamento deverá ser ministrado dentro do município de São Paulo em ambiente próprio e dedicado para este fim, caso o treinamento seja realizado fora do município de São Paulo, a CONTRATADA será responsável pelas despesas de transporte, hospedagem e alimentação;
- 7.3. Os treinamentos podem ser realizados de forma online utilizando solução provida pela Contratada;
- 7.4. A carga horária mínima deverá ser de 40 (quarenta) horas (ou período estipulado como treinamento oficial do fabricante constante em lista de venda para os itens adquiridos) e o treinamento deverá abranger todas as facilidades do equipamento adquirido;
- 7.5. O treinamento deverá ser em idioma português do Brasil;
- 7.6. O material didático poderá ser em idioma português ou idioma inglês;
- 7.7. O treinamento deverá ser capaz de instruir o aluno administrar e operar as soluções adquiridas;
- 7.8. Ao final do treinamento, deverá ser emitido certificado de participação;
- 7.9. A CONTRATANTE emitirá Termo de Aceite de Conclusão de Treinamento em até 5 dias úteis, após a conclusão do treinamento, desde que satisfeitos todos os requisitos constantes nos itens 7.1 a 7.8 acima.
- 7.10. Caso o treinamento não seja satisfatório a Contratada deverá realizar, sem custo à Contratante, novo treinamento.

8. PRAZO DE ENTREGA

- 8.1. O prazo máximo de entrega dos firewalls e todos os equipamentos que se fizerem necessários para o perfeito funcionamento, conforme previsto no item 2.21.1, com todas as licenças necessárias, será de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato;
- 8.2. O prazo para fornecimento do treinamento previsto será de 60 (sessenta) dias corridos, a partir da data de assinatura do contrato.

9. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

- 9.1. Deverão ser fornecidos juntamente com a solução, os manuais técnicos de referência, contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração e operação, preferencialmente em Português (Brasil), ou, na inexistência de tradução em Português, podem ser escritos em Língua Inglesa.

10. CONFIDENCIALIDADE

- 10.1. A CONTRATADA deverá zelar pelo sigilo de quaisquer informações referentes à estrutura, sistemas, usuários, contribuintes, topologia, e ao modo de funcionamento e tratamento das informações da CONTRATANTE, durante e após fim do contrato, salvo se houver autorização expressa da Contratante para divulgação;
- 10.2. Não haverá nenhum tipo de facilidade de acesso remoto, tão menos envio de forma automática ou controlada de informações (backdoor) originadas de software/hardware contratado ou adquirido sem o conhecimento e formal autorização da Contratante. A não observância desse fato poderá ser considerada espionagem e será motivo de processo civil e criminal conforme legislação vigente.

11. ACEITE

- 11.1. Após a entrega dos equipamentos, a equipe técnica da PRODAM emitirá o “TERMO DE ACEITE” da solução em até 5 dias úteis após confirmação de que todos os quesitos estão sendo cumpridos conforme o Termo de Referência;
- 11.2. Após a finalização do treinamento, a equipe técnica da PRODAM emitirá o “Termo de Aceite de Conclusão de Treinamento” em até 5 (cinco) dias úteis após a formalização pela CONTRATADA da finalização do processo de treinamento e confirmação que todos os quesitos foram cumpridos conforme o Edital.

ANEXO II - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

A PRODAM – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, inscrita no CNPJ nº 43.076.702/0001-61, com sede na Rua Líbero Badaró, nº 425, Centro - São Paulo/SP, doravante denominada CONTRATANTE, e, de outro lado, a **L.P.M. TELEINFORMÁTICA LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 03.756.801/0001-70, sediada na Avenida Prefeito João Vilalobo Quero nº 1505, Área 03, Jardim Belval – Barueri/SP, doravante denominada CONTRATADA.

Considerando que, em razão do Contrato n.º 03.10/2022 doravante denominado Contrato Principal, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE.

Considerando a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção.

Considerando o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE.

Resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, doravante, vinculado ao Contrato Principal, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do Contrato Principal celebrado entre as partes.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Informação: é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

Informação Pública ou Ostensiva: são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtidas por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pela CONTRATANTE.

Informações Sensíveis: são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômico, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiro.

Informações Sigilosas: são aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas necessárias ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Contrato Principal: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Parágrafo Primeiro – Serão consideradas como informações sigilosas, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. O termo informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao Contrato Principal, doravante denominados Informações, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do Contrato Principal celebrado entre as partes.

Parágrafo Segundo – Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do Contrato Principal, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do Contrato Principal.

Parágrafo Terceiro – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do Contrato Principal.

Parágrafo Quarto – As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às informações que:

- I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação.
- II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO.
- III – Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quarta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Parágrafo Primeiro – As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO PRINCIPAL, em conformidade com o disposto neste TERMO.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do Contrato Principal sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do Contrato Principal.

Parágrafo Sétimo - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas.

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros.

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente. e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA

Parágrafo Único - O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do Contrato Principal.

Cláusula Sexta – DAS PENALIDADES

Parágrafo Único - A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do Contrato Principal firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, previstas nas Leis Federais nº 13.303/2016 e nº 10.520/2002.

Cláusula Sétima – DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tais como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA referentes à contratação em comento.

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao Contrato Principal.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes.

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante termo aditivo firmado pelas partes.

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento.

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de termo aditivo ao Contrato Principal.

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Parágrafo Quarto – Estabelecidas as condições no presente Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, a CONTRATADA concorda com os termos da declaração acima, dando-se por satisfeita com as informações obtidas e plenamente capacitada a prestar o serviço contratado.

São Paulo/SP, 05 de outubro de 2022.

MARCOS AURELIO

PEREIRA:08415353880

Assinado de forma digital por
MARCOS AURELIO

PEREIRA:08415353880

Dados: 2022.10.10 11:56:04 -03'00'

MARCOS AURÉLIO PEREIRA



CO-03.10/2022

ANEXO III - TERMO DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS E ADESÃO AO CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE – PRODAM-SP S/A

Nome da empresa: L.P.M. TELEINFORMÁTICA LTDA.

CNPJ nº: 03.756.801/0001-70

Nº do contrato de prestação de serviço: CO-03.10/2022

Vigência contratual: 36 (trinta e seis) meses

Objeto contratual: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE 4 (QUATRO) FIREWALLS APPLIANCE (HARDWARES DEDICADOS) INCLUINDO SISTEMA DE SEGURANÇA DO TIPO IPS (INTRUSION PREVENTION SYSTEM), GATEWAY ANTI-MALWARE, BEM COMO SUPORTE, MANUTENÇÃO, GARANTIA E TREINAMENTO, PELO PERÍODO DE 36 MESES

Declaramos, para os devidos fins, que estamos cientes e concordamos com as normas, políticas e práticas estabelecidas no **CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE DA PRODAM-SP**, https://portal.prodam.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/10/Codigo_Conduta_Integridade_2021.pdf, responsabilizando-nos pelo seu integral cumprimento, inclusive por parte dos nossos empregados e prepostos, nos termos do artigo 932, III, do Código Civil, comprometendo-nos com a ética, dignidade, decoro, zelo, eficácia e os princípios morais que norteiam as atividades desempenhadas no exercício profissional e fora dele, em razão das obrigações contratuais assumidas, com foco na preservação da honra e da tradição dos interesses e serviços públicos.

São Paulo/SP, 05 de outubro de 2022.

MARCOS AURELIO
PEREIRA:0841535388
0

Assinado de forma digital por
MARCOS AURELIO
PEREIRA:08415353880
Dados: 2022.10.10 11:56:29 -03'00'

MARCOS AURÉLIO PEREIRA

ANEXO IV - MATRIZ DE RISCO

Risco	Definição	Alocação (público, privado ou compartilhado)	Impacto (alto, médio, baixo)	Probabilidade (frequente, provável, ocasional, remota ou improvável)	Mitigação (medidas, procedimentos ou mecanismos para minimizar)
Mudanças Tributárias	Mudanças na legislação tributária que aumente ou diminua custo, exceto mudança na legislação do IR.	compartilhado	médio	remoto	Recomposição do equilíbrio econômico financeiro
Capacidade de Pagamento	Redução da capacidade de pagamento da empresa	Privado	médio	Remota	Antecipação de recebíveis e/ou Aporte de Capital
Variação positiva do dólar	Aumento do preço do dólar muito acima dos índices de inflação previstos para o período.	Compartilhado	Alto	Ocasional	Renegociar contrato ou reduzir escopo de fornecimento ou duração do contrato.



CO-03.10/2022

ANEXO V - TERMO DE ACEITE DE PAGAMENTO

CONTRATADA: <nome completo da empresa contratada>

CONTRATO: <número do contrato>

OBJETO: <breve definição do objeto de contratação>

ATESTAMOS, para os devidos fins, que a empresa <nome da empresa>, procedeu com a prestação dos serviços de <apontar os serviços prestados>, discriminados na Nota Fiscal de Serviços n.º <inserir número>, emitida em __ / __ / 20__, referente ao <inserir o número do CO-00.00/000, <dentro ou fora> do prazo previsto, não havendo em nossos registros nenhum fato que desabone a conduta da empresa, respeitando as formalidades legais e cautelas de estilo, motivo pelo qual assinamos o presente termo.

São Paulo, ____ de _____ de 2022.

NOME DO GESTOR DA CONTRATAÇÃO

Cargo ou Função

Gerência <detalhar> (XXX)

NOME DO FISCAL DA CONTRATAÇÃO

Cargo ou Função

Gerência <detalhar> (XXX)



CO-03.10/2022

ANEXO VI - TERMO DE ACEITE

CONTRATADA: <nome completo da empresa contratada>

CONTRATO: <número do contrato>

ORDEM DE SERVIÇO Nº: <número da Ordem de Serviço>

OBJETO: <breve definição do objeto de contratação>

A documentação gerada pela empresa <CONTRATADA> e elencada como produtos entregues do período de __/__/__ até __/__/__ no documento “Confirmação de recebimento de produtos”, parte integrante deste processo, estão disponíveis para consulta e/ou reprodução a qualquer momento no servidor corporativo da PRODAM, identificado no link a seguir:

Todos os produtos foram entregues à equipe de projeto da PRODAM e constam da documentação do sistema atualizada.

Através deste documento, a PRODAM formaliza o recebimento dos itens listados previstos em contrato para o referido período e também atesta que nada consta contra qualidade dos itens apresentados, confirmando-se assim a entrega da versão final e consequente autorização do faturamento do período em questão deste contrato e ordem de serviço.

São Paulo, __ de _____ de 2022.

NOME DO GESTOR DA CONTRATAÇÃO

Cargo ou Função

Gerência <detalhar> (XXX)

NOME DO FISCAL DA CONTRATAÇÃO

Cargo ou Função

Gerência <detalhar> (XXX)



CO-03.10/2022

ANEXO VII - TERMO DE ACEITE DE CONCLUSÃO DE TREINAMENTO

CONTRATADA: <nome completo da empresa contratada>

CONTRATO: <número do contrato>

ORDEM DE SERVIÇO Nº: <número da Ordem de Serviço>

OBJETO: <breve definição do objeto de contratação>

ATESTAMOS, para os devidos fins, que a empresa <nome da empresa>, procedeu com a prestação dos serviços de TREINAMENTO, discriminados na Nota Fiscal de Serviços n.º <inserir número>, emitida em __/__/20__, referente ao <inserir o número do CO-00.00/000, <dentro ou fora> do prazo previsto.

Através deste documento, a PRODAM formaliza o recebimento dos itens listados previstos em contrato para o referido período e também atesta que nada consta contra qualidade dos itens apresentados, confirmando-se assim a entrega final e consequente autorização do faturamento em questão deste contrato e ordem de serviço.

São Paulo, __ de _____ de 2022.

NOME DO GESTOR DA CONTRATAÇÃO

Cargo ou Função

Gerência <detalhar> (XXX)

NOME DO FISCAL DA CONTRATAÇÃO

Cargo ou Função

Gerência <detalhar> (XXX)

LTDA - CNPJ: 71.621.536/000172 interpôs Recurso Administrativo (072123643) contra a decisão exarada pela CPL, que desclassificou a referida empresa pelo não atendimento do item 5.2 do edital, no que tange ao truncamento dos custos e preços apresentados em sua proposta, conforme exposto na Ata de Reunião - Análise das Propostas de Preços (071650260) publicada em 06/10/2022;

II - A integra do memorial recursal está disponível no processo SEI que trata a presente licitação e poderá ser consultado no Portal de Processos da PMSP - https://processos.prefeitura.sp.gov.br/Forms/consultarProcessos.aspx;

III - Em atendimento ao § 3º, art. 109 da Lei nº 8666/93 os demais licitantes **poderão**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, impugnar o presente recurso.

7910.2020/0000920-8

Int.: Consórcio Recupera SP - II
Contrato nº: 093/SIURB/20

Objeto: Reinício da execução dos serviços e extensão do prazo - Elaboração de inspeções especiais, vistorias, ensaios, laudos técnicos, verificações estruturais, projeto executivo de requalificação e concepção de recuperação estrutural de Obras de Arte Especiais no Município de São Paulo – Divididos em 04 Lotes - LOTE 4 (Ponte da Vila Guilherme, Ponte da Avenida Santos Dumont, Viaduto 25 de Março).

DESPACHO: I - Face aos elementos constantes destes autos, em especial da manifestação da ATAJ (071728156, 071736887), que acolho, com fundamento na Lei nº 13.278/02, regulamentada pelo Decreto nº 44.279/03, AUTORIZO o aditamento do Contrato nº 093/SIURB/20, celebrado com o CONSÓRCIO RECUPERÁ – SP II, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 39.744.327/0001-03, cujo objeto é a elaboração de inspeções especiais, vistorias, ensaios, laudos técnicos, verificações estruturais, projeto executivo de requalificação e concepção de recuperação estrutural de Obras de Arte Especiais no Município de São Paulo – Divididos em 04 Lotes - Lote 4, para fazer constar:

• Reinício da execução dos serviços a contar de 10/10/22 e a extensão do prazo contratual em mais 120 (cento e vinte) dias corridos, até 06/02/23 com a adoção do cronograma físico-financeiro (071413586);

II - SIURB/DAF/DF (065213835), informa que há disponibilidade de recursos orçamentários para reinício da execução dos serviços, conforme saldo de Nota de Reserva nº 37.398/2022 (065213834), onerado a dotação orçamentária nº 98.22.15.451.3009.5.287.4.4.90.39.00.08 do orçamento vigente.

6022.2017/0003048-1

Interessado: Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras

Assunto: Contrato nº 001/SMSO/2018. Prestação de serviços terceirizados destinados aos departamentos, para impressão e digitalização na Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras. Ata de Registros de Preços nº 039/2017 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 03.05/2017 – IPHAN. Prorrogação. Possibilidade.

DESPACHO: I - No uso das atribuições a mim conferidas por Lei, em especial a Portaria 002/SMSO/2017, e com fulcro no Art. 57, inciso II, da Lei Federal 8666/93 e na Lei Municipal 13.278/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal 44.279/2003 e demais elementos de convicção dos presentes autos, em especial a manifestação da Assessoria Técnico Jurídica sob SEI nº 072116995, AUTORIZO a prorrogação por mais 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 16 de outubro de 2022, do Contrato nº 001/SMSO/2018, celebrado com a sociedade empresária SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 07.432.517/0001-07, que tem por objeto a prestação de serviços terceirizados de impressão e digitalização, padronização dos equipamentos e simplificação do suporte ao usuário e configurações de ambientes, destinado ao uso de diversos departamentos desta Secretaria, pelo valor total estimado de R\$ 64.020,00 (sessenta e quatro mil e vinte reais).

II - Por consequência, fica autorizada a emissão da competente nota de empenho a fim de suportar a despesa ora autorizada, onerando a dotação orçamentária n.º 22.10.15.12.6.3024.2.171.3.3.90.40.00.00 do presente exercício financeiro.

CÂMARA MUNICIPAL

COMISSÃO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES

MESA DA CÂMARA

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.
CONTRATADA: DAY FACILITY LTDA.
CNPJ: 43.687.644/0001-02.
TERMO: Termo de Contrato nº 35/2022.
OBJETO: Prestação de serviços de lavanderia.
VALOR ESTIMADO DO TERMO: R\$ 19.995,00 (dezenove mil, novecentos e noventa e cinco reais).
PROCESSO: CMSP-PAD-2022/00228.
NOTA DE EMPENHO: 682/2022.
DOTAÇÃO: 3.3.90.39 – O5T/PJ
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir da assinatura.
ASSINATURA: 10 de outubro de 2022.

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO

GABINETE DO PRESIDENTE

COHAB - LICITAÇÕES

EXTRATO DE ADITAMENTO Nº 097/22

ABSOLUTA ELEVADORES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA. - CNPJ 10.844.145/0001-22. Aditamento ao Contrato nº 070/18 - prorrogação do prazo de vigência do ajuste por 12 (doze) meses, com início em 11/10/2022. Artigos 71 e 72 ambos da Lei Federal nº 13.303/16, c.c. o artigo 46 do Decreto Municipal 44.279/03, Lei Municipal nº 13.278/02, e cláusula 2.5 do ajuste. R\$ 12.849,84. Data de assinatura: 10/10/2022. SEI 7610.2018/0000306-0.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 098/22

DPT ENGENHARIA E ARQUITETURA EIRELI - CNPJ 34.730.331/0001-07. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OBRAS DE REFORMA E REPAROS EM INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E ELÉTRICAS DE EDIFICAÇÕES, DE PORTAS E JANELAS, DE REVESTIMENTOS E PINTURA, LIMPEZA GERAL NAS UNIDADES HABITACIONAIS NO EMPREENDIMENTO MÁRIO DE ANDRADE. Prazo: 60 dias. Inciso I, Art. 29, da Lei nº 13.303/2016, Lei Municipal nº 13.278/02, e Decreto Municipal nº 44.279/03. R\$ 97.838,97. Data de assinatura: 10/10/2022. SEI 7610.2022/0003468-0.

LICITAÇÃO 004/22 – MODO DE DISPUTA FECHADO - PROCESSO SEI Nº 7610.2022/0001324-9 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL IV CENTENÁRIO, LOCALIZADO NA RUA JOANA AVANCINI PRADO, COMPOSTO PELO CONDOMÍNIO Nº 739, COM 184 UNIDADES NOS BLOCOS 8, 9, 10 E CONDOMÍNIO Nº 255, COM 88 UNIDADES, TOTALIZANDO 266 UNIDADES HABITACIONAIS, NOS TERMOS DAS ESPECIFICAÇÕES QUE INTEGRAM ESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

ERRATA

No edital publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo na Edição de 15 de julho de 2022 ONDE SE LÊ:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL IV CENTENÁRIO, LOCALIZADO NA RUA JOANA AVANCINI PRADO, COMPOSTO PELO CONDOMÍNIO Nº 739, COM 184 UNIDADES NOS BLOCOS 8, 9, 10 E CONDOMÍNIO Nº 255, COM 88 UNIDADES, TOTALIZANDO 266 UNIDADES HABITACIONAIS, NOS TERMOS DAS ESPECIFICAÇÕES QUE INTEGRAM ESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, EM ESPECIAL o ANEXO 10 - TERMO DE REFERÊNCIA, deste Edital.

Leia-se corretamente:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL IV CENTENÁRIO, LOCALIZADO NA RUA JOANA AVANCINI PRADO, COMPOSTO PELO CONDOMÍNIO Nº 739, COM 178 UNIDADES NOS BLOCOS 8, 9, 10 E CONDOMÍNIO Nº 255, COM 88 UNIDADES, TOTALIZANDO 266 UNIDADES HABITACIONAIS, NOS TERMOS DAS ESPECIFICAÇÕES QUE INTEGRAM ESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, EM ESPECIAL o ANEXO 10 - TERMO DE REFERÊNCIA, deste Edital.

Comissão Permanente de Licitação

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2022 – PROCESSO SEI Nº 7610.2022/0003403-5 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS DE AR CONDICIONADO, VENTILAÇÃO E EXAUSTÃO DAS DEPENDÊNCIAS DA COHAB-SP, NOS TERMOS DAS ESPECIFICAÇÕES QUE INTEGRAM O PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

DESPACHO:

ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO de abertura do procedimento licitatório

1. AUTORIZO, nos termos do artigo 8º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COHAB-SP e com fundamento na Lei Federal 13.303/16, na Lei Federal n.º 10.520/02, na lei Municipal nº 13.278/02 e nos Decretos nº 44.279/03 e 56.144/2015, observadas as formalidades legais e cautelas de estilo, a abertura de procedimento licitatório, na MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO, objetivando a contratação dos serviços acima referenciados, nos termos do Edital e anexos que o integram.

2. Encaminho a COPEL para prosseguimento do certame.
ALEXSANDRO PEIXE CAMPOS
DIRETOR PRESIDENTE

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/22 – PROCESSO SEI Nº 7610.2022/0003403-5 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS DE AR CONDICIONADO, VENTILAÇÃO E EXAUSTÃO DAS DEPENDÊNCIAS DA COHAB-SP, NOS TERMOS DAS ESPECIFICAÇÕES QUE INTEGRAM O PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

OC: 8010318010022020CC00003

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
DATA DE ABERTURA: 31 DE OUTUBRO DE 2022 – 10H00, através do portal da BEC: www.bec.sp.gov.br.
LOCAL PARA RETIRADA DO EDITAL:
O Edital poderá ser consultado pelo sistema eletrônico, através dos sites: www.cohab.sp.gov.br, e-negocioscidade.sp.prefeitura.sp.gov.br e pelo portal da bec: www.bec.sp.gov.br.

Comissão Permanente de Licitação.

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

GABINETE DO PRESIDENTE

EXTRATO DE TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO

CO-ENC-06.10/2022.
PROCESSO SEI Nº 7010.2019/0001899-7
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08.022/19
CONTRATANTE: EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – PRODAM-SP S/A.
CONTRATADA: CLARO S.A.
CNPJ Nº: 40.432.544/0001-47
OBJETO: ENCERRAMENTO DO CONTRATO Nº CO-12.09/2019 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO DE DADOS BANDA LARGA PARA INTERLIGAÇÃO DE 01 (UMA) UNIDADE DA PRODAM À INTERNET.
DATA DE ASSINATURA: 07/10/2022.

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO

CO-03.10/2022
PROCESSO SEI Nº 7010.2021/0012476-6
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07.005/2022
FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 32, INCISO IV, DA LEI Nº 13.303/2016.

CONTRATANTE: EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – PRODAM-SP S/A.

CONTRATADA: L.P.M. TELEINFORMÁTICA LTDA.
CNPJ Nº 03.756.801/0001-70

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE 4 (QUATRO) FIREWALLS APPLIANCE (HARDWARES DEDICADOS) INCLUINDO SISTEMA DE SEGURANÇA DO TIPO IPS (INTRUSION PREVENTION SYSTEM), GATEWAY ANTI-MALWARE, BEM COMO SUPORTE, MANUTENÇÃO, GARANTIA E TREINAMENTO, PELO PERÍODO DE 36 MESES.
VIGÊNCIA: 36 (TRINTA E SEIS) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 14/10/2022.

VALOR: O VALOR TOTAL DO PRESENTE CONTRATO É DE R\$ 92.981,45 (NOVENTA E DOIS MIL, NOVECENTOS E OITENTA E UM REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS).

SÃO PAULO URBANISMO

GABINETE DO PRESIDENTE

PROCESSO SEI Nº 7810.2022/0000984-4

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

I. Em vista dos elementos contidos no presente SEI n.º 7810.2022/0000984-4, em especial as manifestações técnica (SEI n.º 071704243) e jurídica (SEI n.º 071940547), que adoto como razão de decidir, com fundamento no artigo 29, II, da Lei federal n.º 13.303/16 e no Regulamento de Licitações e Contratos da São Paulo Urbanismo, **AUTORIZO** a contratação direta, por Dispensa de Licitação Eletrônica nº 016/SP-URB/2022 (SEI nº 071047789), da empresa **AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI**, CNPJ: **21.308.480/0001-22**, para o fornecimento de certificados digitais para pessoa física e jurídica, dos tipos modelos A3 Token (pessoa Física) e A1 Arquivo (CNPJ), conforme especificações técnicas que se encontram detalhadas no Anexo I - Termo de Referência do Edital, conforme proposta comercial (SEI n.º 071631049), pelos valores unitários, respectivamente, de R\$ 85,60 (oitenta e cinco reais e sessenta centavos), para 25 (vinte e cinco) itens, e R\$ 110,00 (cento e dez reais), para 1 item, perfazendo o valor global de R\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais)

II. Em consequência, **AUTORIZO** a emissão de Nota de Empenho para atendimento das despesas de R\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais), onerando a dotação n.º 05.10.15.122.3011.2.818.3.3.90.40.00.09, conforme Nota de Reserva 175/2022 (SEI n.º 070810630);

III. A fiscalização do Contrato será exercida pela Sr.ª Marlane Reis Xavier, na qualidade de titular e, na qualidade de suplente, pelo Sr. Antranik Comrian Junior.

PROCESSO SEI Nº 7810.2022/0001223-3

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

Com base nos elementos constantes do processo SEI n.º 7810.2022/0001223-3, em especial as manifestações técnicas (SEI n.º 071517167 e 071673942) e jurídicas (SEI n.º 071952792 e 071977925), com fundamento na Lei Federal n.º 13.303/16 e na Lei Municipal n.º 13.278/02 declaro **FRACASADA** a Dispensa de Licitação Eletrônica nº 014/SP-URB/2022, visando a Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços de Consultoria Fiscal, Societária, Previdenciária, Trabalhista e Contábil por via digital e telefone, simuladores para áreas fiscal e trabalhista e auditor eletrônico, ficando desde já **AUTORIZADO**, nos termos do artigo 15, V, do Decreto Municipal n.º 56.475/2015, o refazimento do procedimento com participação ampla de empresas, mesmo aquelas que não se enquadrem como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

PROCESSO SEI Nº 7810.2021/0001576-1

ATA DE DELIBERAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 017/SP-URB/2022

MODO DE DISPUTA:

FECHADO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço

OBJETO: Requalificação e valorização das referências urbanas do BELVEDERE ROOSEVELT através de contratação integrada de serviços técnicos especializados de Engenharia para a elaboração dos projetos básicos, projetos executivos e execução das obras, com vistas a concretização das soluções técnicas para os projetos arquitetônicos e uso dos materiais e elementos propostos para a laje, escadarias e calçadas do Viaduto Júlio de Mesquita e Rua Augusta/Martins Fontes em espaço remanescente da Praça Franklin Roosevelt – cidade de São Paulo.

No dia 10 (dez) do mês de outubro do ano de 2022, no auditório, cito à Rua Libero Badaró, nº 504, 15º andar, sala 154, bairro Centro, CEP 01008-906, São Paulo/SP, da SÃO PAULO URBANISMO (SP-URBANISMO), inscrita no CNPJ-MF sob o nº 43.336.288/0001-82, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação – CPL, designada pelo Despacho Autorizatório indicado no doc. SEI nº 070621839, juntamente com a área técnica desta SP-URBANISMO, para **DELIBERAÇÃO** quanto à classificação das Propostas Comerciais apresentadas, em conformidade com os dispositivos da Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 49.511/2008 (Estatuto ME e EPP), Decreto Municipal n.º 50.977/2009 (Madeira), Decreto Municipal nº 52.552/2011 (ME/ EPP) e pelo Regulamento de Licitações e Contratos da SP-URBANISMO NP-58.03.

Após análise técnica das Propostas Comerciais (Envelope 01) apresentadas pelas empresas **J.M. NASCIMENTO CONSTRUTORA LTDA** (doc. sei 071751978) e **CONSTRUTORA PROGREDIOR LTDA** (doc. sei 071752494), especialmente quanto à Planilha Orçamentária, observou-se na Proposta Comercial da empresa que obteve a primeira colocação, **J.M. NASCIMENTO CONSTRUTORA LTDA**, conforme manifestação de DEO-GPO (Encaminhamento 071902973), que no **item 7.25**, item/código SIURB 07-25-00 "Fornecimento e assentamento de tubos de concreto simples - diâmetro 30 cm", o quantitativo foi apresentado de maneira equivocada, pois foi apresentado 125 metros, quando o correto, como expresso pelo edital (doc. sei 070631037), é de 2,10 metros. Considerando o previsto nos **itens 10.7 e 13.9 do Edital**, bem como na **Norma de Procedimento 58.03** da São Paulo Urbanismo, em especial o **item 5.10.2** "No julgamento das propostas, o agente de contratação poderá solicitar à licitante o saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, conforme procedimentos estabelecidos pelo edital", esta Comissão solicitou à empresa que providenciasse, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, as correções do item mencionado, bem como a adequação no VALOR TOTAL da proposta, tendo em vista a redução verificada (doc. sei 071958006).

A empresa, então, apresentou Proposta Comercial devidamente ajustada (doc. sei 072142943), que foi novamente objeto de análise pela área técnica desta SP Urbanismo, a qual constatou que, após adequações efetuadas, a mesma encontra-se de acordo com os termos do Edital (doc. sei 072143846).

Confirmada a efetividade da referida Proposta e, consoante item 13.13. do Edital, seguiu-se para a fase de Negociação, na qual a empresa foi questionada por esta comissão acerca da possibilidade de redução do valor proposto, tendo a mesma declarado que "irá manter o valor apresentado na Proposta de Preço e Planilha" (doc. sei 072143172). Referido preço foi aceito pela Comissão, visto que ficou abaixo do valor estimado constante do Edital (R\$ 4.706.372,53).

Esta comissão DELIBEROU, portanto, que ambas as empresas participantes atenderam aos requisitos exigidos no Edital, sendo então CLASSIFICADAS, da forma que segue:

- **J.M. NASCIMENTO CONSTRUTORA LTDA: R\$ 4.320.583,14** (quatro milhões, trezentos e vinte mil, quinhentos e oitenta e três reais e quatorze centavos) - **MENOR PREÇO;**

- **CONSTRUTORA PROGREDIOR LTDA: R\$ 4.706.372,53** (quatro milhões, setecentos e seis mil, trezentos e setenta e dois reais e cinquenta e três centavos)

Ato contínuo, julgada a efetividade da proposta de menor preço, conforme item 13.16. do Edital, fica designada a **data 18/10/2022, às 10h30**, para sessão de prosseguimento, visando a abertura do Envelope 02 – Documentos de Habilitação da empresa **J.M. NASCIMENTO CONSTRUTORA LTDA**, para confirmação das suas condições habilitatórias.

Nada mais foi dito, sendo a ata por mim (___) Sérgio Antonio Tararks, lavrada que vai lida e assinada por todos os presentes.

DAYANA DE SIQUEIRA DALBELO

Agente da Contratação

NELSON RICARDO MATOS GUILHAMATI

Apoio

SÉRGIO ANTONIO TARARKS

Apoio

SÃO PAULO OBRAS

GABINETE DO PRESIDENTE

PROCESSO SEI Nº 7910.2022/0000770-5 - LICITAÇÃO SPOBRAS Nº 014/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO DE UNIDADES EDUCACIONAIS - LOTE 11 - DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO – DRE SÃO MATEUS, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ATA DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

Às 10h30min do dia 14 de outubro de 2022, na sala de reunião localizada no 7º andar da sede da SPObras, Rua XV de Novembro, 165-Centro Histórico, Capital/SP, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação – CPL, para proceder ao **novo julgamento das propostas comerciais**, em decorrência da diligência realizada para verificação da exequibilidade dos descontos ofertados, tendo por base a manifestação da Superintendência de Empreendimentos das SPObras, documento SEI 072032729, decidindo: (I) **DECLASSIFICAR** as empresas CONSTRUTORA PROGREDIOR LTDA, ATLÂNTICA CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI e CONSTRUISO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, por deixarem de apresentar os do-

cumentos solicitados em diligência publicada no Diário Oficial da Cidade-DOC de 03/09/2022 e (II) **CLASSIFICAR** as demais propostas na seguinte ordem:

CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	% desconto
1º	A N ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP	19,00%
2º	EEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	11,21%
3º	NOVA JIRA EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA LTDA	8,75%
4º	SPALLA ENGENHARIA EIRELI	7,20%
5º	FFL SINALIZAÇÃO, COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI	5,00%
6º	PILAÃO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	3,00%
7º	MARÓSTICA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA	1,00%
7º	RODOSERV ENGENHARIA LTDA	1,00%

Ato contínuo, nos termos do item 13.6.1 do edital, a Comissão procedeu a análise e julgamento dos documentos de habilitação da empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar, A N ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, decidindo pela sua habilitação, por atender as exigências do edital. Estas decisões serão publicadas no DOC quando terá início a **fase recursal única, de 5(cinco) dias úteis**, observado o disposto no item 16 do Edital. Nada mais havendo a tratar lavrou-se a presente Ata que lida e achada conforme vai por todos assinada.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

PROCESSO SEI Nº 7910.2022/0000771-3- LICITAÇÃO SPOBRAS Nº 021/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia para a execução de Manutenção de Unidades Educacionais - LOTE 12 - Diretoria Regional de Educação – DRE CAMPO LIMPO, conforme Anexo I – Termo de Referência

ATA DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

Às 11h00 do dia 14 de outubro de 2022, na sala de reunião localizada no 7º andar da sede da SPObras, Rua XV de Novembro, 165-Centro Histórico, Capital/SP, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação – CPL, para proceder ao **novo julgamento das propostas comerciais**, em decorrência da diligência realizada para verificação da exequibilidade dos descontos ofertados, tendo por base a manifestação da Superintendência de Empreendimentos da SPObras, documento SEI 072030762, decidindo: (I) **DECLASSIFICAR** as empresas LAFORMA COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA e MARÓSTICA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA (EPP), por deixarem de apresentar os documentos solicitados em diligência publicada no Diário Oficial da Cidade-DOC de 03/09/2022, e ainda, **DECLASSIFICAR** a proposta da empresa APENG SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA (EPP), nos termos do item 14.4.5 do edital por deixar de comprovar sua exequibilidade, e (II) **CLASSIFICAR** as demais propostas na seguinte ordem:

CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	% desconto
1º	CODIGO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	19,81%
2º	CONSTRUMEDICI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.	19,10%
3º	CONSTRUTORA BRASFORT LTDA	18,60%
4º	MATHESIS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.	17,50%
5º	CONSITEC ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA.	17,10%
6º	DEKTON ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.	13,85%
7º	LMM ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA (EPP)	13,70%
8º	REFERMA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (EPP)	11,50%
9º	CONSTRUTORA ROY LTDA	11,20%
10º	RODOSERV ENGENHARIA LTDA	10,00%
11º	ATLÂNTICA CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERV. EIRELI	5,77%
12º	ERA TÉCNICA ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E SERV.LTDA	0,01%
13º	B&B ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	zero

Ato contínuo, nos termos do item 13.6.1 do edital, a Comissão procedeu a análise e julgamento dos documentos de habilitação da empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar, CODIGO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, decidindo pela sua habilitação, por atender as exigências do edital.

Estas decisões serão publicadas no DOC quando terá início a **fase recursal única, de 5(cinco) dias úteis**, observado o disposto no item 16 do Edital. Nada mais havendo a tratar lavrou-se a presente Ata que lida e achada conforme vai por todos assinada.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

PROCESSO SEI Nº 7910.2022/0000747-0 LICITAÇÃO SPOBRAS Nº 005/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA